

As pequenas propriedades rurais ou as praticam a chamada agricultura familiar exigem, pelo seu valor econômico e social, maior atenção por parte dos governos Federal, estaduais e municipais. Projetos de desenvolvimento não podem prescindir desse veio pródigo em oportunidades e que lida com diversidade de produtos e não está atrelado às incertezas do grande capital, que flutua ao sabor de vários fatores externos como o câmbio e os preços do mercado internacional. Incentivar a “pequena” agricultura representa um passo efetivo na manutenção do homem no campo, no combate ao desemprego em seu setor de carência e conseqüente abastecimento do mercado local.

Discurso do Deputado **COSTA FERREIRA** (PSC-MA)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Comemoramos orgulhosos os resultados crescentes da grande agricultura com safra-recorde sucessivas e dividendos internacionais. Mas não podemos deixar de

considerar, segundo sua relevância intrínseca, a situação dos pequenos e médios agricultores de todas as regiões do País.

O fato de a agricultura estar bem não significa que os agricultores estejam bem. Alguns agricultores têm lucrado com o câmbio favorável e com os baixos estoques internacionais das principais *commodities* agrícolas. Mas essa é a realidade de alguns, não da maioria dos agricultores.

O grande salto na produção agrícola dos últimos anos foi a única notícia boa que a economia brasileira produziu nesse mesmo período. O bom desempenho da agricultura tem sido ótimo para a sociedade. Infelizmente, a melhoria de bem-estar da sociedade não se traduz em aumento de bem-estar para os agricultores.

O oposto, muitas vezes, acontece, pois quando a oferta aumenta, os preços caem e chegam até mesmo a anular o efeito do aumento da produção sobre a renda. Além disso, há o risco de o aumento da produção fazer-se acompanhar da elevação de custos, como recentemente ocorreu na seqüência da última grande escalada do dólar.

Ou seja, enquanto a agricultura ostenta recordes de produção, a renda líquida dos agricultores pode muito bem ter caído (ainda não há dados a respeito). Essa possibilidade,

todavia, transforma-se em certeza quando se analisam casos de produtos específicos, cujos volumes de produção têm tido crescimento medíocre, permanecem estagnados ou mesmo retrocederam.

Se não se pode subestimar o desempenho da agricultura brasileira, também não se pode perder de vista o fato de que *este desempenho concentrou-se em apenas dois produtos: soja e milho*. Estes, sim, foram os grandes beneficiários de uma conjuntura de preços favoráveis.

No que concerne aos demais produtos, a maioria daqueles cultivados por pequenos produtores, a história é diferente. Ganhos de produtividade não conseguem compensar a elevação dos preços de insumos e a receita dos produtores é restringida pela pequena escala de produção, razões pelas quais os pequenos agricultores familiares continuam tendo dificuldade em saldar suas dívidas.

A mensagem que gostaria de trazer aos Nobres Pares, Senhor Presidente, é a de que não podemos deixar que os resultados de circunstâncias atípicas, conjunturais, de curto prazo, empanem nossa percepção da realidade amarga das perenes dificuldades dos pequenos produtores familiares e sua

permanente desvantagem frente aos grandes empreendimentos agrícolas.

Melhoras cíclicas, ocasionais, não podem encobrir a tendência histórica declinante dos preços agrícolas, a discriminação que os pequenos agricultores sofrem quando procuram crédito, o abandono de que são vítimas quando são definidas as prioridades de pesquisa, de investimentos em infra-estrutura, e mesmo de assistência técnica e extensão rural. Esses dois instrumentos de política foram concebidos para tratar os pequenos produtores de forma preferencial, mas não o fazem.

É por fatos como esses que ninguém aposta na sobrevivência da pequena propriedade familiar num mundo globalizado, numa economia onde a concorrência é cada vez mais acirrada e onde o poder econômico fala cada vez mais alto. De fato, a tendência à aglutinação dos pequenos estabelecimentos em unidades produtivas maiores é uma tendência global.

Políticas de redistribuição de terra que visam ao fracionamento de grandes áreas em pequenos estabelecimentos tendem a se confrontar com as forças contrárias da economia. Infelizmente, a impressão que se tem

é que políticas de apoio às pequenas propriedades rurais podem almejar, no máximo, ao retardamento de um processo histórico cujo resultado final será a virtual eliminação desses estabelecimentos.

É compreensível o sentimento de frustração quando se aplicam esforços em uma política cujo melhor resultado possível será apenas a transição ordeira de um sistema produtivo ancorado na pequena propriedade familiar para outro formado, tipicamente, por grandes estabelecimentos.

Todavia, o mero fato de retardar a transição, ainda que por algumas décadas, valerá o esforço. Tão grandes são os benefícios sociais da pequena propriedade familiar e tão grandes seriam os custos sociais de sua dissolução prematura que tudo que a sociedade puder fazer em prol de sua manutenção será esforço bem compensado.

No Brasil, após pelo menos três décadas de intensa modernização tecnológica, é impressionante a capacidade da pequena propriedade familiar de resistir ao abandono da política pública, à concorrência desleal dos grandes produtores, à ganância dos monopólios, à discriminação dos bancos e ao olhar de menosprezo da sociedade. Cinco

milhões de estabelecimentos agrícolas, 75% do total, enquadram-se na categoria de “pequenos”.

Esses estabelecimentos ocupam cerca de 80% da força de trabalho no campo, ou aproximadamente 14 milhões de pessoas. A maioria dos municípios do interior do Brasil tem sua vida econômica baseada predominantemente na agricultura familiar.

Uma crise na agricultura significa uma crise na economia urbana. Variações na produção agrícola têm um ponderável efeito multiplicador. Uma crise no campo tem seu efeito ampliado três, quatro ou cinco vezes nas cidades. E vice-versa.

Quando a situação do campo melhora, a cidade amplia a extensão do benefício e o número dos beneficiários. A dicotomia campo-cidade não existe no interior do Brasil. Tudo o que se fizer pelo campo beneficia a cidade em dobro, em triplo. Por isso, uma política de apoio à pequena agricultura de base familiar confunde-se com uma política de desenvolvimento para o interior, sem distinção do rural e do urbano.

O governo passado, em um de seus melhores momentos, instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa tornou-se logo um marco na política de desenvolvimento do País. Infelizmente, apesar do avanço que o PRONAF representou, muito ainda está por ser feito. O PRONAF precisa ser ampliado e aprimorado. É acanhado o volume de recursos destinado ao Programa.

O problema da falta de acesso dos pequenos produtores ao crédito ainda está longe de ser resolvido. Impedidos pela Constituição de dar a terra em garantia e sem outras garantias reais a oferecer, esses agricultores não conseguem crédito para investimentos.

Com freqüência, convive-se com a esdrúxula situação de bancos terem dinheiro sobrando em caixa para emprestar a agricultores familiares e agricultores familiares sem financiamentos porque sua ficha cadastral não atende aos parâmetros da instituição financeira.

Só para ilustrar o muito que pode ser feito para dar alguns anos de sobrevida aos nossos pequenos produtores rurais, lembro que um fundo de aval e um seguro de safra são medidas de longa data reclamadas para resolver a situação de penúria de crédito, um dos grandes tormentos dos pequenos produtores.

Faz-se mister que os programas que respeitam aos pequenos e médios produtores rurais sejam implementados e postos em prática, a invés de novos programas.

Muito obrigado.